

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 4.279, DE 2004

Estabelece normas para instalação de posto bancário 24 horas em pedágios nas rodovias federais e dá outras providências.

Autor: Deputado VIEIRA REIS

Relator: Deputado BETO ALBUQUERQUE

I - RELATÓRIO

Sob exame desta Comissão encontra-se o Projeto de Lei nº 4.279, de 2004, proposto pelo Deputado Vieira Reis.

Trata-se de iniciativa que tem por finalidade obrigar as empresas concessionárias de rodovias federais, por intermédio de convênio com instituições financeiras, a oferecer serviços bancários aos usuários, na forma de instalação de máquinas de auto-atendimento, com funcionamento ininterrupto.

De acordo com a proposição, as máquinas deverão ser instaladas nas proximidades das cabines de pedágio e o oferecimento do serviço não poderá implicar em qualquer reajuste da tarifa de pedágio.

Ao justificar o projeto, o autor faz um apanhado da situação das rodovias postas sob concessão, sem, contudo, relacionar argumentos específicos acerca da proposta de implantação de postos bancários nas estradas.

Esgotado o prazo regimental, não foram recebidas emendas à iniciativa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

É compreensível a preocupação do autor com a situação hipotética do usuário que, ao se defrontar com praça de pedágio na rodovia, constata não ter valor em espécie para pagar a tarifa.

Há de se observar, todavia, que o legislador não pode querer socorrer o cidadão em todas as circunstâncias difíceis que apareçam, ainda mais quando tais dificuldades decorrem da sua falta de atenção.

Com efeito, ninguém ingressa em uma rodovia onde se cobra pedágio sem ter conhecimento desse fato. Não se pode argumentar que a cobrança era inesperada. Todas as estradas postas sob concessão têm farta sinalização indicativa, inclusive com a informação das tarifas praticadas nas praças de pedágio.

Deve o usuário, portanto, precaver-se e carregar consigo quantia bastante para fazer face às despesas de locomoção. Nada demais há nisso, por sinal, já que para a aquisição de qualquer bem ou serviço o cidadão deve dispor de moeda corrente, a menos que o ofertante, por conveniência do negócio, aceite outras formas de pagamento, tais como cheque e cartão eletrônico.

Isso posto, vale ressaltar também que o legislador não pode obrigar instituições privadas – os bancos – a instalar equipamentos e prestar serviços onde e quando seja, supostamente, de interesse do Estado. É bom lembrar que nos submetemos ao princípio da livre iniciativa e que serviços bancários não são considerados serviços públicos, pelo que dita a Constituição.

De mais a mais, cumpre destacar três aspectos.

Primeiro: como as rodovias colocadas sob exploração privada apresentam elevado número de usuários, é natural que em alguns postos de abastecimento ou centros de conveniência ao longo da estrada sejam instalados os chamados caixas eletrônicos, por iniciativa da instituição bancária,

de sorte a aproveitar a demanda potencial por serviços. A par disso, na maioria dos trechos em que se cobra pedágio, é possível encontrar áreas urbanas lindeiras ou próximas, às quais o usuário pode se dirigir no intuito de obter o dinheiro de que precisa.

Segundo: a tendência na cobrança de tarifas de pedágio é a utilização de instrumentos de leitura automática, como cartões eletrônicos e *chips* acoplados ao veículo, de maneira a possibilitar a rápida passagem pelos postos de cobrança. Ou seja, devem-se buscar alternativas ao pagamento em moeda corrente na praça de pedágio, e não estimular tal prática, como proposto.

Terceiro: há a possibilidade de que a instalação de caixas eletrônicos nas proximidades das praças de pedágio gere, eventualmente, tumulto, congestionamentos e insegurança.

Sendo essas as considerações que se tinha a fazer, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.279, de 2004.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado BETO ALBUQUERQUE
Relator